

## **JUVENTUDE E CULTURA POLÍTICA: A ESCOLA PÚBLICA E A CONSTRUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ESTUDANTES DE FRANCISCO BELTRÃO/PR**

Ivania Dartora<sup>1</sup>  
ivadart@hotmail.com  
Suely Aparecida Martins<sup>2</sup>  
martins\_sue@hotmail.com

68

### **RESUMO**

As ocupações escolares, no Brasil, em 2015 e 2016, reforçaram o interesse sobre a relação da juventude com a política entre pesquisadores brasileiros. Em Francisco Beltrão, município do sudoeste paranaense, estudantes também vivenciaram as experiências das ocupações em 2016, fato que motivou a realização de pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado em Educação, a qual tratou da relação entre juventude, cultura política e a escola, neste município. Neste artigo, apresentamos as percepções dos estudantes beltronenses em relação à política e à instituição escolar, de modo a identificar a construção do capital social entre eles; buscamos ainda analisar se as ocupações ocorridas especialmente no Paraná em 2016 contribuíram, como experiência, na construção do capital social dos jovens. Partimos da concepção de Putnam (2006) sobre o capital social, além do entendimento da relação da escola com a socialização política dos jovens, conforme apontado por Dubet e Martuccelli (1998), Berger e Luckmann (2014), Baquero (2013) e Tomizaki (2016). A coleta de dados realizou-se em 2019, a partir de um *survey* de amostra probabilística, aplicado para 174 estudantes, do 3º ano do ensino médio, da Rede Estadual de Educação do município. Dos resultados, constatamos que os estudantes preferem o regime democrático, entendem a importância da participação e compreendem a escola como espaço para discutir política, sendo que as ocupações reforçaram esta percepção entre os jovens. Porém, a desconfiança ainda impera, o que atrapalha a consolidação de um capital social participativo.

**Palavras-chave:** Juventude; Escola; Socialização política; Capital social.

### **1 INTRODUÇÃO**

Os jovens e a participação política têm se tornado tema de muitos estudos, de forma mais abrangente, na última década. Os novos cenários que são investigados estão envoltos em uma nova forma de ver e reconhecer as juventudes, bem como novas formas de envolvimento político. Tanto no Brasil como nos mais diferentes países do mundo os jovens têm participado,

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Políticas e Sociais pela Faculdades Integradas Católica de Palmas (2003) e licenciada em Sociologia pela Unijuí (2011), pós-graduada em Educação do Campo, pela Famper (2016), mestranda em Educação, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão.

<sup>2</sup> Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (1996), mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (2000) e doutorado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (2009). Atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e do Programa de Pós-Graduação em Educação.

e até liderado ações, de forma que esses fenômenos são transformados em objetos de pesquisas<sup>3</sup>, as quais orientaram a busca por um entendimento sobre a contribuição da instituição escolar na socialização política dos estudantes.

No Brasil, este interesse pela juventude foi intensificado com as ocupações escolares de 2015<sup>4</sup> e 2016<sup>5</sup>. No município de Francisco Beltrão, no sudoeste paranaense, os estudantes também vivenciaram as experiências das ocupações contra a reforma do ensino médio. Assim, este trabalho, apresenta parte dos resultados da pesquisa realizada no Mestrado em Educação, que foi construída a partir de inquietações formadas com as Ocupações Escolares, no ano de 2016, na qual nos questionamentos sobre a construção do capital social dos jovens na escola.

Neste artigo, apresentamos as percepções dos jovens estudantes do município de Francisco Beltrão em relação à política e à instituição escolar, analisando a socialização política escolar e sua relação com a construção do capital social, com a cultura política, a função da escola e a importância das ocupações neste processo.

A pesquisa foi realizada a partir da técnica *survey*, sendo que o questionário fechado foi aplicado considerando uma amostra por conglomerados probabilística, totalizando 174 entrevistas, de seis Colégios Estaduais de Francisco Beltrão, as quais passaram pelo processamento estatístico do *software Statistical Package for Social Science* (SPSS), utilizado para relacionar as variáveis e as dimensões fundamentais do estudo.

Organizamos o artigo em dois momentos. Primeiro, embasamos a análise dos dados expondo as linhas teóricas que orientaram o estudo sobre a escola, como os conceitos de François Dubet e Danilo Martuccelli (1998), entendendo que o estudante não é unicamente um receptor de informações; o conceito de capital social, de Robert Putnam (2006), que traz a ideia de comunidade cívica e; a definição de socialização política que está associada a cultura política e a participação. Em seguida, apresentamos os resultados da pesquisa, trazendo as percepções

<sup>3</sup> Conforme obras de Marcello Baquero (2013), Conrado Pereda Minucelli (2015) e Kimi Tomizaki (2016).

<sup>4</sup> “Entre o final de 2015 e o início de 2016, centenas de escolas públicas foram ocupadas no estado de São Paulo, pelos próprios estudantes, primeiramente contra a decisão do governo estadual de realocar alunos e fechar escolas e, em seguida, em torno da merenda escolar. Junto com outros movimentos maciços de ocupação de escolas em ao menos oito outros estados, esse ciclo de ocupações ficou conhecido como “primavera secundarista”. [...] O mote “a escola é nossa” expressava mais uma apropriação social e coletiva de um bem, entendido como comum, do que a relação de proprietário individual que pode usar e dispor do que é seu” (TAVOLARI *et al*, 2018, p.291-292).

<sup>5</sup> “Em 2016, diante da iniciativa do governo federal em propor uma Emenda Constitucional que congela os investimentos públicos (dentre os quais, a educação) por um período de 20 anos; e a publicação da Medida Provisória nº 746/2016, alterando a Lei nº 9394/96 em relação à oferta do Ensino Médio, os estudantes paranaenses novamente se mobilizaram contra tais medidas, ocupando instituições de ensino em todo o estado. O movimento de ocupações tomou projeção nacional. Segundo os dados do movimento Ocupa Paraná, foram ocupadas cerca de 850 escolas, 14 universidades e 3 núcleos regionais de educação. Em nível nacional a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), contabilizou um total de 1.197 escolas ocupadas (ZINET, 2016)” (BOUTIN & FLACH, 2017, p.432).

política dos jovens beltronenses, indicando a importância da socialização escolar para a construção do capital social entre os estudantes.

## 2 O CAPITAL SOCIAL NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Os jovens de hoje nasceram no período das redes sociais, da troca de informação rápida e constante. E mesmo que esses estudantes participem da gestão dessas novas formas de organizar a vida social, a escola mantém uma função relevante na socialização política da juventude. Para Tomizaki *et al*, ao analisarmos a relação da educação com a política identificamos dois aspectos essenciais:

[...] de um lado, os processos educativos em si possibilitam a formação de determinados modos de se conceber e se relacionar com atos, eventos e instituições políticas; de outro, a experiência de participação política em si constitui um processo educativo específico, capaz de ressocializar indivíduos de diferentes grupos sociais, faixas etárias ou gerações, alterando seus quadros de percepção e avaliação das questões de ordem política, inicialmente formados ao longo da socialização primária. (2016, p.931)

Portanto, buscamos analisar como os estudantes percebem e reagem aos eventos de ordem política, pois a “[...] emergência de determinadas tendências de comportamentos políticos passa necessariamente pela análise rigorosa e minuciosa de tais processos de caráter educativo” (TOMIZAKI *et al*, 2016, p.931).

Autores como Schmidt (2001/2004) e Baquero (2013) reforçam a ideia de que o ambiente escolar possibilita diferentes formas de socialização, fenômeno esse que ultrapassa o processo didático, transmitindo valores, ensinando sobre atitudes e comportamento. E, para compreender a relação desse processo com a construção de uma cultura política analisamos a conceituação de socialização, por Berger e Luckmann (2014) e, da instituição escolar a partir da noção de experiência de Dubet e Martuccelli (1998).

É necessário lembrarmos que os indivíduos não nascem como integrantes da sociedade, pois conforme Berger e Luckmann, possuímos predisposições para a sociabilidade, o que possibilita que nos tornemos membros da sociedade.

O ponto inicial deste processo é a interiorização, a saber a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, isto é, como manifestação de processos subjetivos de outrem, que desta maneira torna-se subjetivamente significativo para mim. (BERGER & LUCKMANN, 2014, p.167-168)

Momento esse em que o indivíduo promove a compreensão da ação de seus semelhantes e desenvolve, conforme Berger e Luckmann (2014, p.168), a apreensão do mundo como realidade social dotada de sentido, ao exteriorizar “[...] seu próprio ser no mundo social e interiorizar este último como realidade objetiva”. A esse aspecto é dado o nome de socialização, que se divide em primária e secundária.

A primária<sup>6</sup> é formada na infância, já a secundária é estabelecida por qualquer processo subsequente, a qual tem valor para nossa análise, pois parte da realidade social interiorizada, para a construção de outras formas de interpretar e entender a sociedade. Para Berger e Luckmann (2014), a socialização secundária precisa ser reforçada por técnicas pedagógicas, ser provada, pois a interiorização da mesma se torna desafiadora, devido ao fato de que a realidade apresentada é menos arraigada, ficando passível de alterações.

E, quando relacionamos a socialização com a política, devemos compreender que esse fenômeno se refere às experiências decorrentes da formação dos jovens estudantes, envolvendo emoções, opiniões, valores e atitudes. Schmidt lembra que a socialização política designa “[...] o processo de formação de atitudes políticas nos indivíduos ou [...], o processo de interiorização da cultura política existente em um meio social por parte das novas gerações” (2001, p.67-68), o qual é constituído por instituições socializadoras como a escola.

O termo socialização política, conforme Anna Oppo, “[...] é usado para indicar o conjunto de experiências que, no decorrer do processo de formação da identidade social do indivíduo, contribui particularmente para plasmar a imagem que ele tem de si mesmo em confronto com o sistema político e em relação às instituições” (1998, p.1202). A autora destaca ainda que as opiniões, emoções e valores dos jovens são resultado da formação-aprendizagem social que é um processo constituídos por etapas significativas, mesmo que se estenda por todo o decurso da vida.

Entre essas etapas está a escolarização, sendo que esta instituição, além de difundir conhecimentos a partir das mais diversas disciplinas, também atua na construção de leituras de mundo. De acordo com Schmidt a “[...] escola poderia ser considerada, a um primeiro olhar, a única entre as agências de socialização que se ocupa explicitamente da transmissão intencional de atitudes políticas” (2001, p.80), pois não é formada unicamente por meio da convivência nas salas de aula, como também por todas as demais atitudes e valores que são compartilhados

---

<sup>6</sup> A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade. Na socialização primária a criança absorve os papeis e as atitudes dos outros [...] interioriza-os, tornando-os seus. Por meio desta identificação [...] a criança torna-se capaz de identificar a si mesma, de adquirir uma identidade subjetivamente coerente e plausível. (BERGER & LUCKMANN, 2014, p.169-171)

cotidianamente em todo seu espaço.

Para tanto, a escola possui um papel fundamental na socialização política. Considerando isso, Dubet e Martuccelli afirmam ser necessário

[...] admitir a diversidade e a autonomia das funções da escola. A ideia de instituição deve ser decomposta em várias funções analiticamente independentes: uma função de integração que procede do modelo ‘clássico’ da socialização pela internalização; uma função de distribuição que leva a considerar a escola como um ‘mercado’; uma função de subjetivação ligada à relação particular que os indivíduos constroem com a cultura escolar. (1997, p. 261).

72

Segundo eles, o processo de socialização não está mais dado aos atores, mas deve ser construído por eles. Dubet e Martuccelli respaldam o contexto de formação das atitudes, opiniões e comportamentos a partir do vivenciado. Para esses autores:

Se definirá la experiencia escolar como la manera en que los actores, individuales y colectivos, combinan las diversas lógicas de la acción que estructuran el mundo escolar. Esta experiencia posee una doble naturaleza. Por una parte, es un trabajo de los individuos que construyen una identidad, una coherencia y un sentido, en un conjunto social que no los posee a priori. En esta perspectiva, la socialización y la formación del sujeto son definidas como el proceso mediante el cual los actores construyen su experiencia, de la escuela primaria al liceo [...]. Pero por otra parte, las lógicas de la acción que se combinan en la experiencia no pertenecen a los individuos; corresponden a los elementos del sistema escolar y se han impuesto a los actores como pruebas que ellos no eligen. Estas lógicas de acción corresponden a las tres ‘funciones’ esenciales del sistema escolar: socialización, distribución de las competencias y educación. (1998, p.79)

Concordamos assim, que as escolas desempenham um papel relevante na formação de atitudes sobre as ‘regras do jogo político’, elas “[...] ensinam os valores de dever cívico, relações políticas informais e probidade política. As escolas podem despertar uma consciência de outros valores e circunstâncias, fornecendo uma base para novas aspirações políticas” (ALMOND & POWELL, 1972, p. 47-48), as quais fortalecem e reforçam a proximidade com o sistema político, estabelecendo significados comuns como resposta expressiva ao sistema.

E, considerando esse contexto, a pesquisa de Robert Putnam, que resultou na definição da comunidade cívica, alicerça a relação escola e participação. Nos estudos realizados sobre cultura política e capital social dois pontos se destacam: Primeiro, conforme Putnam, as instituições moldam a política. “As normas e os procedimentos operacionais típicos que compõem as instituições deixam sua marca nos resultados políticos na medida em que estruturam o comportamento político” (2006, p.23), isso porque as instituições moldam a identidade dos sujeitos e assim influenciam os resultados.

No segundo aspecto, o teórico afirma que as instituições são moldadas pela história.

Elas “[...] corporificam trajetórias históricas e momentos decisivos. A história é importante porque segue uma trajetória: o que ocorre antes [...] condiciona o que ocorre depois”. (PUTNAM, 2006, p.23), de forma que os indivíduos podem ‘escolher’ suas instituições, e suas escolhas influenciam as regras dentro das quais seus sucessores fazem suas escolhas.

Putnam (2006) determina ainda que, nas comunidades cívicas, o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, a partir do estabelecimento de laços com a interação pessoal, o civismo e a reciprocidade.

Além de Putnam, James Coleman também analisa a relação do capital social com a cultura política participativa e, para ele, “[...] apesar do aspecto de bem público do capital social, quanto mais as pessoas se apoiarem reciprocamente em busca de ajuda, maior será a quantidade de capital social gerado” (1990, p.321), isso porque é necessário ter clareza da depreciação do mesmo se não for renovado, ou seja, se não forem asseguradas, as relações sociais morrem, assim como as expectativas e obrigações.

Por fim, compreendemos que existe uma associação entre participação política e capital social. De acordo com Schmidt, “[...] quanto maior o estoque de capital social, maior a tendência de participação dos indivíduos em organizações sociais e em atividades políticas. Isso em razão do fato de que [...] a inserção em uma organização fortalece o senso de eficácia política e incentiva a participação [...]” (2004, p.164).

Assim também articulamos a instituição escolar com a ação política, sendo que a educação política é definida, por Verba (1989), como o processo que envolve a capacitação dos jovens para compreender os fenômenos políticos, assim como para a internalização dos valores. E, é devido a todo contexto, no qual estamos inseridos, que se fortalece a necessidade de desvendar aspectos sobre o comportamento dos estudantes e o que pensam a respeito da política.

Portanto, apresentamos a seguir uma reflexão sobre alguns dos dados coletados da pesquisa *survey*, estudo realizado em um município interiorano do Estado do Paraná, em Francisco Beltrão, que conta com uma população inferior a 100 mil habitantes e, possui características sociais, culturais e econômicas semelhantes a maioria dos municípios do Estado. A escolha pelo município se deu motivada pela efetiva participação dos estudantes beltronenses nas ocupações escolares de 2016, das 14 escolas existentes no município, 11 foram ocupadas. Além disso, consideramos importante um estudo realizado numa cidade menor e no interior do país, já que grande parte das pesquisas de cultura política e juventude são realizadas em metrópoles, com realidades sociais semelhantes, mas também distintas dos municípios menores.

### **3 ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE FRANCISCO BELTRÃO**

A amostra utilizada para a investigação dos dados foi estabelecida por conglomerados probabilísticos, totalizando 174 questionários fechados, com alunos do 3º ano do Ensino Médio, do período matutino<sup>7</sup>, com questões formadas para investigar o capital social dos estudantes, a participação política, a participação na escola e a socialização política. Dos 174 estudantes, 80% têm 16 e 17 anos e, os demais têm idade de 18 e 19 anos. Do total, 53% são do sexo feminino. Esses jovens, em sua maioria, trabalham (41%) ou já trabalharam (23%), ou seja, além do espaço escolar, como ambiente propício para a construção do capital social, também mantêm convivência em cenário profissional, considerando que no trabalho é estabelecida uma rede de relações, possibilitando o estímulo a cooperação.

De acordo com Verba a construção das atitudes da juventude em relação a participação faz parte de todo um contexto. Para ele, “[...] várias forças lideravam o desenvolvimento de tais atitudes: educação; a democratização dos sistemas de autoridade não-governamental na família, na escola e no local de trabalho; confiança geral dos concidadãos da mesma pessoa” (1989, p.399), ou seja, fazer parte do mercado de trabalho se torna um atributo relevante para compreender o contexto em que a juventude está inserida.

Referente a renda familiar, 32% afirmam que a família possui renda per capita de até três salários mínimos, 49% de três a mais de cinco salários, sendo que mais de 18% não responderam ou não sabem a renda familiar. Já na questão da escolarização, 35% dos pais e 34% das mães, ou seja, pouco mais de um terço, chegaram até o Ensino Médio, mas não concluíram.

Esses dados nos permitiram observar características dos jovens, assim como suas relações com o trabalho e a escolaridade dos pais, aspectos que possibilitam compreender o contexto do qual fazem parte, sendo que dos entrevistados 64% estão ou já estiveram inseridos no mercado de trabalho, o que os caracteriza como estudantes trabalhadores e; que apesar de haver uma ampliação do atendimento pela instituições de ensino superior, somente 20% dos pais e 25% das mães têm título de graduação.

Além dessas informações, dividimos as demais respostas do questionário em dimensões

---

<sup>7</sup> A escolha pelas turmas da manhã se deve ao fato de que as do noturno possuem um perfil diferenciado em relação à faixa etária, considerando que a maioria é formada por trabalhadores, assim como pelo fato de serem poucos os colégios que mantêm turmas de ensino médio noturno em Francisco Beltrão.

analíticas, entre elas a do capital social, confiança e cooperação. Nesse elemento, considerando a conceituação de capital social, percebemos que os estudantes, em sua maioria não concordam e nem discordam de afirmativas como: ‘as pessoas respeitam a opinião do outro’, em 48%; ‘as pessoas cooperam entre si’, 61% ; ‘as pessoas são solidárias’, 60% e; ‘as pessoas têm confiança interpessoal’, em 66%.

Quando pedimos a opinião dos estudantes sobre a confiança nas instituições e nos políticos, ou seja, representantes convencionais dos mecanismos políticos, os jovens mostraram o sentimento de descrença. Referente a afirmativa ‘Os políticos prometem, depois não cumprem’, 59% afirmam concordar e, sobre a análise do nível de confiança nas instituições, o Poder Executivo se destaca, com mais de 60% que declararam desconfiar. Os partidos políticos, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, assim como as mídias e as redes sociais estão entre as entidades que marcaram os maiores índices de desconfiança.

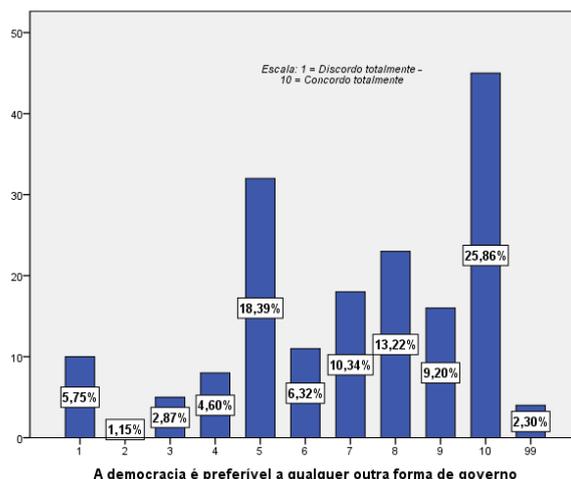
O fenômeno da desconfiança torna o processo de construção do capital social vulnerável, pois como afirma Schmidt (2001, p.226), é a confiança que “[...] predispõe à aceitação de padrões de valores e ao seguimento das atitudes em relação àquele(a) em que confia. A alta ou baixa presença de confiança social entre os cidadãos de uma sociedade indica a configuração de um alto ou baixo capital social”.

Em relação a esses aspectos, Baquero (2013) lembra que o capital social não é propriedade de um único indivíduo e nem gera benefícios, exclusivamente, individuais, ou seja, o estabelecimento de relações de confiança e reciprocidade podem agir fortalecendo tanto a esfera representativa como a participativa da política, sendo que em nosso cenário a maioria dos estudantes optou por uma classificação que demonstra a desconfiança, a qual não deve ser analisada somente pelo aspecto negativo, pois uma dose de desconfiança faz parte da construção da participação política.

Quando tratamos da percepção dos 174 estudantes entrevistados sobre a política, buscamos analisar fenômenos como a democracia e a participação, sendo que 48% desses jovens afirmam concordar que a democracia é um regime político preferível em relação a outras formas de governo, como pode ser observado na Figura 1.

Figura 01 – preferência pela democracia<sup>8</sup>

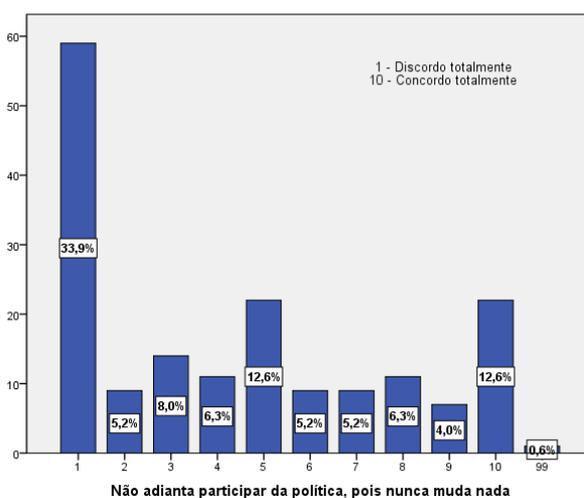
<sup>8</sup> Para fazer a análise dividimos a escala de 1 a 10 em três fatores, de 1 a 3 discorda totalmente e discorda, de 4 a 7, nem discorda nem concorda e, de 8 a 10 concorda e concorda totalmente.



Fonte: Pesquisa da autora, Francisco Beltrão, 2019.<sup>9</sup>

Também questionamos a opinião dos jovens sobre a participação política, em que um grupo de 47% afirma discordar de afirmativas como: ‘não adianta participar da política, pois nunca muda nada’, conforme Figura 02. Questões como essa fundamentam a visão que os estudantes têm do mundo político, tendo em vista que, para Schmidt (2004), a participação em atividades políticas e sociais é um importante indicador de capital social e, desta forma, as atitudes e comportamentos que os jovens apresentam embasam a interiorização da cultura política.

Figura 02: opinião sobre participação



Fonte: Pesquisa da autora, Francisco Beltrão, 2019.

<sup>9</sup> Pesquisa realizada entre março e junho de 2019, para dissertação do Mestrado em Educação pela Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), *campus* de Francisco Beltrão.

Outrossim, ao investigarmos o entendimento dos estudantes sobre a política nas instituições escolares, 50,6% discordam totalmente da afirmação de que ‘a escola não é lugar para discutir política’, dado que está associado a outras questões, como a de que ‘os alunos devem participar da tomada de decisões na escola’ e que ‘as organizações estudantis são importantes’, ambas com 55,2% que concordam totalmente.

Nesse mesmo contexto temos a seguinte assertiva ‘disciplinas como Filosofia, Sociologia e História ampliam a possibilidade de participação’, em que 66,1% concordam totalmente. Desta forma, reconhecemos a análise de Ribeiro e Farina (2004, p.182) quando afirmam que a escola, além de promover a adequação entre as consciências individuais e os sistemas políticos, pode ainda “[...] despertar nos alunos uma consciência de outros valores, dando-lhes base para novas aspirações políticas [...]”, formada a partir das experiências compartilhadas em toda a comunidade escolar e não somente nas salas de aula.

E, como Schlickmann (2014, p.11) expõe: “A escola é [...] uma grande fonte de socialização, entendida como um processo contínuo de formação e preparo dos sujeitos sociais, em que são postos em cena diferentes atributos para a vida em sociedade”, o que reflete no entendimento desses jovens sobre a participação na escola e a discussão sobre política.

É nesse cenário, considerando a escola como importante instituição para a socialização política dos jovens que as ocupações, realizadas em 2016, aparecem como experiência formativa importante para os estudantes que participaram da pesquisa. É importante lembrar que, em Francisco Beltrão, os ocupas foram constituídos por estudantes do Ensino Médio, mas também do Fundamental II<sup>10</sup>, assim vários alunos que responderam ao questionário participaram das ocupações, conforme pode ser observado pelos dados da pesquisa: 26,44% declararam ter participado ativamente, 40,23% afirmaram ter somente acompanhado os acontecimentos, 29,31% afirmaram não ter participado.

Relacionado a isso, Sousa faz uma interpretação sobre a relação da escola com a socialização e a construção das experiências dos jovens que nos permite estabelecer um olhar analítico sobre as Ocupações, como um fenômeno que possibilitou a participação, mas que também ensinou a participar. Como Sousa (2006, p.13) afirma, a

[...] experiência é um elemento único e fundamental a balizar o processo de socialização dos jovens e da própria sociedade, como expressão atribuída pelos grupos sociais que dela fazem parte. Considerar este aspecto implica, portanto, compreender sem preconceitos os valores e as formas de expressão das novas gerações. [...]

<sup>10</sup> De 14 Colégios Estaduais em Francisco Beltrão, 11 foram ocupados, por estudantes do Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Durante o movimento esses alunos organizaram palestras, mutirões de limpeza dos colégios, definiram lideranças para organizar os diferentes setores e trocaram informações.

A experiência dos jovens é tomada, então, como fator propulsor da dinâmica da sociedade, e muitas vezes constitui-se no canal de introdução de mudanças [...].

Para Dubet (1994), a experiência social é capaz de dar sentido às práticas sociais. Ela constitui, o que o autor define como “[...] as condutas individuais e coletivas dominadas pela heterogeneidade de seus princípios constitutivos e pela atividade dos indivíduos que devem construir o sentido de suas práticas no meio desta heterogeneidade” (1994, p.15), ou seja, esse é um processo que envolve um fazer, uma construção da experiência, a qual se forma com a autonomia dos indivíduos, quando os mesmos se transformam em sujeitos.

A partir das considerações de Sousa e de Dubet analisamos as percepções dos jovens sobre as ocupações, fenômeno que está conectado tanto ao conceito de capital social como ao de participação. Ao serem questionados, dos 174 estudantes participantes da pesquisa, 56,9% afirmam aprovar a mobilização. Outros dados mostram a importância desse evento para construção de alguns conceitos que estão associados a participação. Essa afirmação parte da análise das opiniões dos alunos sobre algumas assertivas que apresentamos na Tabela 01.

Tabela 01 – opiniões dos estudantes sobre as ocupações

Afirmativas/Escala	1 = Discordo totalmente					10 = Concordo totalmente				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Colaborou na ampliação da participação do jovem na política	6,3%	3,4%	5,7%	5,2%	10,3%	9,8%	8,6%	13,1%	11,5%	23,1%
As Ocupações mostraram a força dos estudantes	4,0%	0,6%	1,7%	2,3%	6,9%	6,3%	6,3%	15,5%	10,3%	43,1%
Não colaborou, pois não modificou nada	43,7%	13,2%	9,2%	4,6%	9,2%	6,3%	1,7%	3,4%	1,1%	5,2%
As Ocupações só ampliaram a imagem de baderneiros dos estudantes	49,4%	8,6%	4,6%	8,0%	7,5%	7,5%	1,7%	2,9%	1,7%	5,7%
As Ocupações não afetaram o sistema político de nenhuma forma	33,3%	7,5%	9,2%	7,5%	15,5%	5,7%	6,3%	5,2%	2,9%	5,2%

Fonte: Pesquisa da autora, Francisco Beltrão, 2019.

Para 47,7% dos estudantes as ocupações ajudaram na ampliação da participação e; 68,9% concordam que esses jovens mostraram sua força. Quando apresentamos as afirmativas negativas, ‘Não colaborou, pois não modificou nada’; ‘As Ocupações só ampliaram a imagem de baderneiros dos estudantes’ e; ‘As Ocupações não afetaram o sistema político de nenhuma forma’, consecutivamente, 66,1%, 62,6% e, 50% discordaram das afirmações, o que demonstra

que para a maioria dos estudantes as ocupações foram positivas. Dubet (1994, p.94) nos lembra que a “[...] experiência é uma maneira de sentir, de ser invadido por um estado emocional suficientemente forte [...]”. Assim,

[...] a experiência é uma atividade cognitiva, é uma maneira de construir o real e, sobretudo, de o ‘verificar’, de o ‘experimentar’. A experiência constroi os fenômenos a partir das categorias do entendimento e da razão. [...] estas categorias são, em primeiro lugar, sociais, são ‘formas’ de construção da realidade. [...] a experiência social não é uma ‘esponja’, uma maneira de incorporar o mundo por meio das emoções e das sensações, mas uma maneira de construir o mundo. É uma atividade que estrutura o caráter fluido da vida. (DUBET, 1994, p.95)

Entendemos, portanto, que a experiência das ocupações pelos estudantes foi um marco importante na socialização política da juventude beltronense, possibilitando uma alternativa de participação política, como explicam Schlesener e Flach, considerando que os “[...] estudantes de escolas públicas [...] mostraram como vivenciar a cidadania em tempos de acentuado recuo nos processos democráticos e de avanço conservador na política brasileira, demonstrando a possibilidade de realizar um enfrentamento [...]” (2018, p.210) .

Desta forma, torna-se importante a afirmação de Baquero (2013, p. 60) sobre a cultura vivenciada na comunidade escolar, quando afirma que se trata de um “[...] conjunto de ideias, valores, percepções, atitudes e comportamentos que moldam as instituições e condutas em uma sociedade”.

Por fim, pelos dados expostos, os jovens compreendem a importância da participação, em sua maioria optam pelo regime democrático e reconhecem que a escola pode ser um ambiente para discutir política. Aspectos que são a base para a construção da confiança social, elemento do capital social, a partir da experiência e dos valores compartilhados, porém a desconfiança em relação às instituições e aos representantes convencionais resulta em descrédito de capital social.

Desta forma, mesmo que em algumas situações, como as oportunizadas pelas experiências das ocupações, seja possível identificar a existência da cooperação, ações coletivas e construção de mecanismos de confiança, é preciso lembrar que a experiência dos estudantes está envolta por este mundo social no qual vivemos, com políticos que não cumprem promessas, com instituições políticas submersas em escândalos e representantes que abusam dos poderes que receberam por meio das eleições.

## 4 CONCLUSÕES

Buscamos analisar, neste artigo, uma parte da realidade social vivenciada pelos estudantes da rede pública de ensino de Francisco Beltrão, os quais vivem tanto nas regiões periféricas como na central e são questionadores, divergentes e, ao mesmo tempo, se reconhecem e se colocam na vida social e política. Isto foi evidenciado pela participação de muitos jovens nas ocupações escolares e pelo impacto positivo que tiveram para a percepção deles sobre política.

Após as ocupações, em Francisco Beltrão, houve a reativação da União Beltronense dos Estudantes Secundaristas (UBES); a organização de reuniões entre organizações estudantis dos municípios da região para debater a educação e atuação política; a manutenção da participação na União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES) e na União Nacional dos Estudantes (UNE), assim como a participação em mobilizações na região.

Considerando isso, o movimento contribuiu com o entendimento dos estudantes sobre a cultura política e a participação, possibilitou que experimentassem um cenário de luta por um objetivo comum, coletivo; que vivenciassem o conflito, a divergência de opiniões e atitudes e; no mesmo contexto, proporcionou a tomada de decisões e a chance de intervir, aspectos que colaboraram para que a escola fosse vista como um espaço em que se pode discutir política.

Esses jovens mostraram que compreendem a importância da participação e da educação, mas conforme Dubet e Martuccelli, a escola ainda têm percalços a enfrentar para conseguir cumprir seus papéis de socializadora, educadora e distribuidora de competências. Os resultados da pesquisa apontam que, em relação ao capital social, mesmo que as experiências compartilhadas tenham formado um novo contexto de debate, a descrença e a desconfiança em relação às instituições políticas e aos representantes, faz com que esse capital social não perdure, sendo que uma cultura política negativa continua atuando sobre o contexto em que os jovens estão inseridos, o que não se refere somente a escola.

Isso porque a experiência social, a cultura política e o capital social são fenômenos formados na sociedade da qual fazemos parte, portanto não é possível compreender esses conceitos e suas aplicações sem considerar a desilusão política e, muitas vezes, até mesmo o sentimento de impotência, os quais fazem com que a participação da juventude seja oscilante. Devido a isso, neste trabalho, problematizamos o contexto que envolve os jovens, a escola e a política, para reavaliar a formação do capital social politizado após as manifestações promovidas pelos estudantes nos últimos anos.

## **YOUTH AND POLITICAL CULTURE: THE PUBLIC SCHOOL AND THE CONSTRUCTION OF THE SOCIAL CAPITAL OF STUDENTS IN FRANCISCO BELTRÃO / PR**

### **ABSTRACT**

81

School occupations in Brazil in 2015 and 2016 reinforced interest in the relationship between youth and politics among Brazilian researchers. In Francisco Beltrão, a municipality in the southwest of Paraná, students also experienced the experiences of occupations in 2016, a fact that motivated the realization of research developed within the scope of the Master in Education, which dealt with the relationship between youth, political culture and the school, in this municipality. In this article, we present the perceptions of Beltronense students in relation to politics and the school institution, in order to identify the construction of social capital among them; we also seek to analyze whether the occupations that occurred especially in Paraná in 2016 contributed, as an experience, in the construction of the social capital of young people. We start from Putnam's (2006) conception of social capital, in addition to understanding the relationship of the school with the political socialization of young people, as pointed out by Dubet and Martuccelli (1998), Berger and Luckmann (2014), Baquero (2013) and Tomizaki (2016). Data collection took place in 2019, based on a survey of a probabilistic sample, applied to 174 students, from the 3rd year of high school, from the State Education Network of the municipality. From the results, we found that students prefer the democratic regime, understand the importance of participation and understand the school as a space to discuss politics, and the occupations reinforced this perception among young people. However, mistrust still prevails, which hinders the consolidation of a participatory social capital.

**Keywords:** Youth; School; Political socialization; Social capital.

### **REFERÊNCIAS**

ALMOND, Gabriel A.; POWELL, Jr. G. Bingham. **Uma teoria política comparada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

BAQUERO, Marcello. **Qual democracia para a América Latina? Capital Social e Empoderamento são a resposta?** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 36<sup>a</sup> ed.; trad. Floriano de Sousa Fernandes, Petrópolis, Vozes, 2014.

BOUTIN, Aldimara C. D. B., FLACH, Simone de F.. O movimento de ocupação de escolas públicas e suas contribuições para a emancipação humana. In.: **Inter-Ação**, Goiânia, v. 42, n<sup>o</sup> 2, maio/agosto, p.429-446, 2017.

COLEMAN, James. Social Capital. In.: COLEMAN, James. **Foundations of Social Theory**. Cambridge, London: Belknap Harvard. 1990, p. 300-321.

DUBET, François. **Sociologia da Experiência**. Instituto Piaget. Lisboa, 1994.

DUBET, François; MARTUCCELLI, Danilo. A Socialização e a formação escolar. **Revista Lua Nova**, no 40/41, p.241-266, 1997.

DUBET, François; MARTUCCELLI, Danilo. *En la escuela: sociología de la experiencia escolar*. Buenos Aires: Losada, 1998.

OPPO, Anna. Socialização Política. In.: BOBBIO, Norberto, et. al. (orgs). **Dicionário de política**. Vol.1, Brasília, Universidade de Brasília, 1998, p.1202-1206.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5a. ed. São Paulo: FGV, 2006.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; FARINA, Marli Burato. Cultura Política e Agentes de Socialização. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**. Londrina. vol.9, n.2, p.177-198, 2004.

SCHLESENER, Anita Helena; FLACH, Simone de Fátima. A Ocupação de escolas no Estado do Paraná: Determinações e fundamentos para a formação política. In.: COSTA, Adriana A. F.; GROppo Luís A. (Orgs.). **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos. Pedro & João Editores, 2018, p.201-224.

SCHLICKMANN, Vitor. **Os sentidos da experiência escolar para jovens – um estudo em três escolas de ensino médio**. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014, p. 1-19.

SCHMIDT, João Pedro. **Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio**. EDUNISC, Santa Cruz do Sul, 2001.

SCHMIDT, João Pedro. Os jovens e a construção de capital social no Brasil. In.: KEIL, Ivete Manetzeder *et al.* **Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil**. (Org. Marcello Baquero). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p.147-179.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. Apresentação do Dossiê: A sociedade vista pelas gerações. In.: **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – v.5, n.8, p.09-30, 2006.

TOMIZAKI, Kimi, *et al.* Socialização Política. In.: **Educação & Sociedade: Revista de Ciências da Educação**. v.37, no 137, p. 929-934, 2016.

TAVOLARI, Bianca et al. As ocupações de escolas públicas em São Paulo (2015-2016): Entre a posse e o direito à manifestação. In.: **Novos estudos**, CEBRAP, vol. 37, nº 2. São Paulo, maio/agosto, p.291-310, 2018.

VERBA, Sidney. *On revisiting the Civic Culture: A personal Postscript*. In.: ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **The Civic Culture revisited**. California, Sage, 1989, p. 394-410.

Recebido em 07 de abril de 2020. Aprovado em 01 de junho de 2020.

A **Revista Educação, Cultura e Sociedade** é uma publicação da Universidade do Estado do Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011.